



**TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS AMBIENTAIS - TRA  
PARECER CIRCUNSTANCIADO AMBIENTAL - PCA**

**Processo nº. 2021/0000008007**

**Autuado(a): PAULO ROBERTO AUAD DE OLIVEIRA**

## **I. INTRODUÇÃO**

O presente parecer circunstanciado ambiental tem como base fatos evidenciados no Processo Administrativo Infracional nº 2021/0000008007 e nos elementos que compõem o Auto de Infração Ambiental (AIA), Relatório de Fiscalização (REF), Parecer e Manifestação da CONJUR, Defesa e Recurso Administrativo do autuado.

## **II. RELATOS DOS FATOS**

Os autos do Processo Administrativo Infracional nº 2021/0000008007, iniciam-se com o Auto de Infração **AUT-2-S/21-02-00529**, lavrado no dia 26/02/2021, em face de Roberto Paulo Auad de Oliveira (CPF nº 577.348.952-04), no qual foi verificada a seguinte infração “Deixar de atender a Notificação nº 762/2016-DIFISC, conforme o AR 497824162JS, referente a entrega espontânea de 10 (dez) passeriformes, sendo: três machos espécie de *Sporophila angolensis* (curió); quatro machos da espécie *Turdus rufiventris* (sabiá vermelho); um macho e uma fêmea da espécie *Amazona amazonica* (papagaio); um macho *Sporophila caerulea* (coleira). Os quais foram declarados através do documento nº 31327/2014.”, contrariando o art. 80, do Decreto Federal nº 6.514/2008, enquadrando-se no art. 118, incisos I e VI, da Lei Estadual nº 5.887/1995, em consonância com o art. 70 da Lei Federal nº 9.605/1998 e art. 225 da Constituição Federal de 1988.

De acordo com o Relatório de Fiscalização nº REF-3-S/21-03-00326, o qual reiterou a infração apontada no auto de infração, bem como descreveu as atividades adotadas pela equipe responsável pela fiscalização. Dentre as informações acostadas, foi mencionado que o Sr. ROBERTO PAULO AUAD DE OLIVEIRA protocolou nesta SEMAS o documento nº 31327/2014, de 27 de agosto de 2014, onde informou possuir sob sua posse 10 (dez) passeriformes, os apresentando voluntariamente ao órgão por meio do citado documento, ao mesmo tempo em que solicitou a guarda dos animais.



A Consultoria Jurídica desta SEMAS destacou por meio Parecer Jurídico n.º 36206/CONJUR/GABSEC/2024 e Manifestação Jurídica n.º 14951/CONJUR/GABSEC/2024 que o auto de infração ambiental supra, descreveu corretamente, de maneira clara e precisa, a infração administrativa cometida, e cumpriu todas as formalidades legais exigidas ao caso, protegido pela plena legalidade, não ofendendo nenhum princípio que viesse a lhe prejudicar a legitimidade de ROBERTO PAULO AUAD DE OLIVEIRA, e recomendou a aplicação de **MULTA SIMPLES fixada em 2.000 UPF'S**.

Ainda de acordo com o arcabouço jurídico, a CONJUR ressaltou que a infração em tela, cometida e analisada é de caráter **LEVE**, não havendo a predominância de circunstâncias atenuantes ou agravantes, de acordo com o art. 130 da Lei n.º 5.887/95.

O autuado foi devidamente notificado tendo recebido a notificação n.º 762/2016-DIFISC, através de AR, a entregar voluntariamente os 10 passeriformes no dia 16/11/2016 no prédio da SEMAS em Belém, no entanto, a notificação não foi atendida.

É relatório. Passo a análise.

### III. ANÁLISE AMBIENTAL

Para a realização da análise ambiental, foram considerados todos os elementos dos autos e os supracitados no processo administrativo infracional em desfavor de ROBERTO PAULO AUAD DE OLIVEIRA, em razão do **descumprimento da Notificação n.º 762/2016-DIFISC**, a qual determinava a entrega voluntária de 10 (dez) passeriformes silvestres, declarados pelo próprio autuado em 2014 por meio do Documento n.º 31327/2014.

O Autuado ingressou com recurso administrativo junto ao TRA alegando que as aves foram **soltas voluntariamente** em área de mata, que **não mais detinha posse dos animais** no momento da notificação, que sua residência foi **inspecionada com apoio da Polícia Militar**, não sendo constatada a presença de fauna e que o **Ministério Público determinou o arquivamento da Notícia de Fato** relativa aos mesmos fatos, por ausência de elementos de crime ambiental.

No entanto, tais alegações não devem prosperar, pois o auto de infração está formalmente válido, embora o autuado alegue ter dado destino às aves anteriormente à notificação, tal fato **não foi comunicado formalmente à SEMAS** dentro do prazo legal e não isenta o infrator da responsabilidade



administrativa pela **omissão no cumprimento da ordem ambiental expressa e devidamente notificada.**

#### **IV. CONCLUSÃO**

Ante o exposto, e com base nas informações apresentadas no auto, bem como respeitando os princípios constitucionais de ampla defesa, do contraditório, da razoabilidade, da legalidade e da proporcionalidade, e considerando-se o princípio da precaução, observou-se que houve **descumprimento da obrigação estabelecida na notificação n.º 762/2016-DIFISC**, configurando **infração administrativa ambiental**.

Em que pesem as alegações apresentadas pelo autuado e os princípios ambientais relacionados, a Câmara Técnica Ambiental considerou procedente o Auto de Infração Ambiental n.º **AUT-2-S/21-02-00529**, e manifesta-se pelo **não provimento** do recurso administrativo interposto e **sugere-se a manutenção do valor da multa simples de 2.000 UPF's**, haja vista a necessidade de fazer prevalecer o caráter educativo da sanção pecuniária frente a condição financeira do autuado.

É importante salientar que os fatos e recomendações em questão são meramente técnicos e tem fundamentação na legislação ambiental vigente no país, com objetivo de coibir os ilícitos ambientais e garantir o meio ambiente ecologicamente equilibrado e de acesso à coletividade, garantindo assim, a sua sustentabilidade às gerações futuras.

Por fim, sem mais a acrescentar, encaminha-se o presente parecer circunstanciado ambiental para a tomada de decisões cabíveis junto ao Tribunal de Recursos Administrativos – TRA. Salvo melhor juízo.

É o parecer circunstanciado.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE,  
CLIMA E SUSTENTABILIDADE



**GOVERNO  
DO ESTADO  
DO PARÁ**

**Belém/PA.**

---

**Amanda de Jesus R. B. Costa**  
**Câmara Técnica Permanente**  
**Portaria n.º 2.184/2024, publicada no dia 18/09/2024**  
**(com retroativo a contar de 22/07/2024)**